



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO**

“Montenegro Cidade das Artes
Capital do Tanino e da Citricultura”



RELATÓRIO DE REUNIÃO

Data: 24.07.2014

Proc. n.º: 179 – SI 106/14

Horário início: 9h

Término: 9h55min

Assunto: reunião para tratar do andamento da proposta do novo Plano de Carreira dos Servidores Públicos Municipais.

Requerente: Vers. Rosemari Almeida (PP), Carlos Einar de Mello – Naná (PP), Gustavo Zanatta (PP), Marcos Gehlen – Tuco (PT), Renato Antonio Kranz (PMDB), Edgar Becker (PMDB) e Márcio Miguel Müller (PTB).

Convidados: Prefeito Municipal; Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento – SMGEP; Secretaria Municipal de Administração – SMAD; Secretaria Municipal da Fazenda – SMF; Presidente da Comissão para estudo do Plano; conforme Requerimento n.º 076/2014.

Presentes: Lista de presenças anexa ao referido processo.

Principais pontos Destacados: Aberta a reunião, a Vereadora Rosemari ressaltou a falta na reunião de um representante da Comissão instituída para a elaboração do Plano, que também fora convidado. Destacou que a Casa tem essa preocupação em função do tempo transcorrido sem que se tenha uma posição concreta. Observou que o objetivo do encontro era o de saber exatamente qual a situação do Plano, justificando que já se passou certo tempo que a Comissão entregou ao prefeito o estudo. Disse que a Casa tem a plena convicção de que o Executivo pretende implantar o Plano de Carreira, tanto que nomeou uma Comissão para fazer esse importante estudo. O que se espera é que esse Plano de Carreira seja implantado efetivamente. O índice de gasto com a folha de pagamento não está tão elevado, o que dá esperanças de que ele possa ser implantado. Lembrou que o ex-secretário Astor, em reunião na Câmara, dissera que ele poderia ser implantado gradativamente. O Vereador Márcio observou que, como a proposta fora elaborada no dia vinte de março, estiveram na Casa servidores do Município, inclusive o Secretário da Fazenda, que dissera, na oportunidade, que deveriam ser rodadas em torno de três folhas de pagamento. Passados esses meses, saber se foi feito alguma coisa, se teve algum andamento desde aquela época, o que está previsto, se tem alguma coisa ou não. O Vereador Tuco comentou que a preocupação é quanto às diversas matérias que tem vindo para a Casa, com ligação direta com o Plano de Carreira, seja criação de cargos, contratação de pessoal, alteração de salários, fazendo uma colcha de retalhos do que se gostaria que fosse o Plano de Carreira. Manifestou que o objetivo era o de saber o andamento desse processo e o real desejo da Administração em implantar esse Plano de Carreira. A Vereadora Rose lembrou o grande debate em torno do reajuste do salário dos médicos, em que o projeto de lei fora rejeitado com base no argumento de que era necessário aprovar o Plano de Carreira, beneficiando todas as classes, através de um estudo mais amplo. Vera Vargas, Diretora de Gestão de Pessoas, representando a SMAD, falou que a Secretaria fez um cronograma das ações desse processo. O recebimento foi dia vinte de março. Dia trinta e um a SMGEP protocolou o processo, sendo que no mesmo dia fora encaminhada uma consulta a Delegações de Prefeituras Municipais – DPM, solicitando uma análise dessa proposta. Dia dez de abril,



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO**

“Montenegro Cidade das Artes
Capital do Tanino e da Citricultura”



ele fora encaminhado ao conselho do FAP/FAS, solicitando a aprovação da despesa, uma vez que é uma sugestão da Comissão que elaborou o Plano de Carreira, que a despesa fosse custeada pelo FAP. A resposta veio em vinte nove de maio, não autorizando a despesa. Em cima disso, iniciou-se o processo de pesquisa de mercado. Nesse momento, existem três orçamentos, mas há uma disparidade muito grande nos valores entre eles (um deles é de quinze mil, outro trinta e dois mil e o terceiro de setenta e oito mil reais), tendo sido solicitado, em quatorze de julho, para uma quarta empresa um novo orçamento. Está se aguardando esse novo orçamento para se abrir a licitação do cálculo atuarial que vai gerar o custo desse novo projeto. Além disso, a abertura da licitação depende de dotação financeira e orçamentária. Júlio Hofmeister, Secretário da Fazenda interino, mencionou que, quanto à questão da dotação, não haverá empecilho nenhum, pois há previsão de dotação para a contratação desse serviço. Se não tiver recursos suficientes, basta aportar, não sendo necessária a abertura de crédito especial. O Presidente da Casa lembrou que o Secretário da Fazenda Astor, em função de que tinha que nomear todos os professores, haja vista a inauguração de novas creches, além da questão da reserva de um terço da carga horária de professores para atividades extraclasse, teria que rodar duas folhas de pagamento para ter condições de dizer se teriam recursos financeiros suficientes para aplicar o Plano de Carreira. Perguntou qual o comprometimento hoje da receita corrente líquida da folha de pagamento, e qual a atual situação do processo de nomeação dos professores. Segundo o Secretário interino, a questão dos professores é preocupante em vista da grande quantidade de nomeações. Primeiro, é necessário ter o cálculo atuarial. Revelou que em hipótese alguma o Plano poderá ser implementado este ano, justificando que existem dois tipos de progressão, a por tempo de serviço e a por qualificação/formação. Não se sabe qual o impacto que isso pode gerar na folha de pagamento. Sobre a questão de implementar gradativamente um dos tipos, depois o outro, alegou que é preciso verificar o custo disso, que não faz ideia do seu impacto sobre a folha, é um trabalho minucioso, longo, pois são em torno de setecentos e cinquenta servidores, dos quais é necessário analisar pasta por pasta para verificar o tempo de serviço, o grau de escolaridade, prever o custo da linha vertical e da horizontal. Revelou que hoje o comprometimento da folha está em torno de quarenta e três por cento do orçamento. No fim de maio, a arrecadação foi em torno de três milhões a menor do previsto. Além disso, ressaltou a necessidade de respeitar os prazos legais de licitação, bem como aqueles necessários para se fazer o cálculo atuarial. O Vereador Kranz perguntou se há possibilidade de o governo ter uma previsão para colocar no orçamento do próximo ano, quais as pretensões da Administração, se há planejamento? Ana Maria Rodrigues, Diretoria de Planejamento, representando a SMGEP, contou que estão na fase de elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO. Afirmou que esse processo do Plano de Carreira tem que estar previsto na LDO. Estão atentos a isso, junto com a SMF, para ver da capacidade de investimentos para dois mil e quinze. Até trinta e um de agosto o Executivo tem que entregar o projeto na Câmara, com realização de audiência pública, necessitando que se tenha essa previsão, haja vista que é investimento. É muito importante ter a previsão na LDO, mesmo que não seja de um valor exato. No orçamento, é possível



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO
"Montenegro Cidade das Artes
Capital do Tanino e da Citricultura"



ter uma previsão mais próxima da realidade. Júlio destacou que de um ano para o outro existe o crescimento vegetativo e tem uma previsão de reajuste, de reposição salarial. Daqui a pouco se coloca um índice um pouco maior, já prevendo o Plano de Carreira. O Presidente da Casa falou na possibilidade de negociar com os servidores para a implantação gradativa do Plano de Carreira o mais rapidamente possível, aumentando o número de letras na horizontal. Isso é uma valorização do servidor. O cálculo disso seria bem mais simples, que poderia ser feito pela própria SMF e ser implantado ainda este ano. De acordo com Júlio, a empresa que vai realizar esse trabalho de verificar pasta por pasta vai levar certo tempo. Além disso, em torno de dois servidores terão que acompanhar esse trabalho. A Vereadora Rose comentou sobre o anseio dos servidores, que esperam por isso há muitos anos. Sugeriu que assim que tiverem o resultado do cálculo atuarial se proceda uma nova reunião para tomar conhecimento dos resultados, anunciando aquilo que o Executivo consegue fazer a partir disso. Pediu que se procedesse gradualmente, implementando, num prazo menor, a progressão horizontal. Segundo Vera, a Comissão solicitou que fosse colocado nos contracheques dos servidores a necessidade de apresentação de suas titulações, os cursos, que obtiveram após o ingresso. A Vereadora mencionou que a situação atual da progressão por tempo de serviço é um fator de desmotivação para o servidor continuar no serviço público municipal. A proposta do Plano de Carreira é ir até a letra "I", sendo que hoje a última letra é a "E". Isso gera uma boa expectativa nos servidores. Reforçou a sugestão de que uma nova reunião seja agendada assim que o cálculo estiver pronto, para que se proceda, inicialmente, a implantação da progressão horizontal. O Vereador Tuco comentou que, dentro de uma questão administrativa, se cria um grande conflito, sobretudo aqui na Casa, porque a tentativa de seguidamente criar novos cargos dentro do Plano de Carreira é bastante conflitante. Destacou que o Poder Legislativo deve defender o bem comum da sociedade, que deve convergir aos interesses da Administração e dos servidores. É necessário contemplar os que estão atuando e aqueles que virão. Observou que a grande preocupação é que há um problema administrativo, de modo que o conflito vai permanecer, visto que este ano o Plano de Carreira não será implementado. Isso vai acabar de alguma forma emperrando ainda mais a Administração e, em última análise, prejudicando a comunidade. O Vereador Márcio sugeriu que a próxima reunião fosse agendada para depois das eleições, para ver como está o andamento do processo. Júlio perguntou sobre qual o empecilho de se criar mais cargos. De acordo com Tuco, ele vai alterar o Plano de Carreira que antes de ser implementado terá que ser revisto *a posteriori*. Júlio contestou que não existe estudo de impacto financeiro. O Vereador Tuco alegou que existe o estudo de um Plano de Carreira. Inclusive, se discutiu com o Sindicato dos Municipários a implantação parcial desse plano, que não foi feita por uma decisão político-administrativa. O Secretário interino afirmou que não fora feito nada ainda em função de que ainda não se tem o cálculo atuarial. Esse cálculo será feito a partir do momento em que todos os cargos estiverem providos. Por isso, não vê nenhum problema em se criarem cargos. Segundo Kranz, o Sindicato é oficialmente contrário à aprovação da criação dos cargos de assistente administrativo e de nenhum outro cargo enquanto não vier para a Câmara o Plano de Carreira, sob a alegação de



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO
"Montenegro Cidade das Artes
Capital do Tanino e da Citricultura"



que isso serviria como pressão para que o novo Plano seja encaminhado o mais rapidamente possível. Mostrou-se preocupado com a morosidade no andamento do processo. O Vereador Márcio considerou que o processo está andando rapidamente, comparado a outras questões internas da Administração, estando a contento. Vera reforçou que o processo foi para o FAP, em dez de abril, e somente retornou em vinte de maio para dizerem que não iriam autorizar a despesa. Ana destacou que esse processo fora aberto em março, na Secretaria, já imaginando a morosidade desses processos burocráticos. O Vereador Márcio perguntou qual foi a alegação do FAP para não disponibilizar o recurso para fazer o cálculo. Vera leu o despacho do órgão, em que entende que a iniciativa para a contratação de empresa para a realização do cálculo é de competência do ente municipal. Questionada, comentou que a análise da DPM sugeriu algumas correções mínimas no projeto entregue pela Comissão quanto à sua redação. Informou que a Secretaria Cleusa sugerira que a licitação fosse do tipo "técnica e preço", na modalidade "tomada de preços". Júlio comentou que uma das empresas que faz cálculo atuarial para o FAP declinou de dar orçamento em função da complexidade desse cálculo. Questionado sobre a posição da Câmara diante da notícia de que o Plano não será implementado ainda este ano, e em face da manifestação do Sindicato, os Vereadores Márcio e Kranz consideraram que hoje há uma resposta do Executivo, o que antes não havia, o que muda o quadro da situação. Além disso, a reunião demonstrou que a interrupção no processo não se deu por culpa do Executivo. Decidiram que chamarão o Sindicato para dialogar. Vera esclareceu que a criação de assistentes administrativos visa preencher as vagas de servidores que estão se aposentando e que ocupavam cargos de auxiliar administrativo e agente administrativo, que foram colocados em extinção, não havendo reposição dentro do quadro funcional. A Vereadora Rose pontuou que um dos casos é esse. Mas há outros projetos em que o número de cargos é maior, é criação de novos cargos. O número de cargos que estão sendo criados terá um impacto nas contas municipais. O número de professores e atendentes que foram criados aqui, com informação de que virão mais, na última vez que se tratou disso na Casa, com a Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SMEC e o Secretário Astor, ele dissera que se preocupava com a situação dos pedidos de cargos criados e das condições de suportar isso. Manifestou que é preocupante ficar criando cargos, pois isso terá um impacto na folha, ficando mais distante a implementação do Plano na sua totalidade. Diante dessa situação, falou que é necessário que os Vereadores se reúnam internamente, e também com o Sindicato, e analisem a melhor posição a ser assumida. Destacou que precisam saber o número exato de cargos de auxiliares e agentes administrativos em extinção, bem como dos cargos de assistente administrativo atualmente existentes na Administração. Reconheceu que há uma falta de pessoal no setor administrativo do Executivo. Questionou se a Administração realizou estudo interno para ver a realidade dos setores a fim de realizar uma readequação dos cargos até que essa situação seja implementada. Sobre a determinação judicial que impõe ao Município a obrigação de destinar um terço da carga horária para a preparação de aulas, Júlio disse que um novo concurso e um plano de contingenciamento estão em fase de estudo. De abril a junho foram nomeados, só na área da educação, cento e trinta e quatro pessoas.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO
"Montenegro Cidade das Artes
Capital do Tanino e da Citricultura"



Além disso, existe um processo administrativo em andamento que requer mais em torno de cem pessoas para suprir a previsão de um terço da lei. O Presidente da Casa observou que está extremamente preocupado diante do que fora apresentado na audiência pública pela SMF com relação aos números do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, com a previsão de que vai faltar em torno de treze milhões este ano, por conta da falta de planejamento da gestão da SMEC no ano passado. Há uma grande preocupação com a despesa, mas é necessário buscar novas fontes de receita. Conforme Kranz, se não houver um planejamento a curto, médio e longo prazo, não chegarão a lugar nenhum e vão quebrar o Município, não terá como implantar o novo Plano de Carreira, porque não há um planejamento para angariar os recursos existentes através do FUNDEB. Júlio revelou que, segunda-feira, haverá uma reunião com o conselho do FUNDEB, em que essa questão da falta de recursos será discutida. Opinou que essa grande quantidade de servidores entrando é assustadora. A despesa aumenta e a receita permanece igual. Segundo Kranz, tem uma equação errada aí, pois é sabido que cada professor atende certo número de alunos. Teoricamente, aumentando o número de alunos, aumenta a receita, o que não está acontecendo. Mencionou que há um crescimento de dez por cento do FUNDEB. Perguntou qual o percentual de aumento da receita no Município. Júlio concordou com o raciocínio, pois com mais alunos na sala de aula, maior o retorno do FUNDEB. Contudo, ressaltou que essa implementação não é imediata: uma escola é inaugurada, o recurso vindo somente no ano seguinte. Afirmou que para este ano a previsão é de vinte e três milhões, havendo uma defasagem em torno de três milhões. A folha, sem encargos, é de um milhão seiscentos e cinquenta reais. De acordo com Júlio, em conta bancária, estão depositados um milhão e duzentos mil reais. Ainda tem recursos para entrar. Alertou que terão que tirar dos recursos próprios do Município o necessário para cobrir possíveis déficits. *Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião.....*

Ver^a. Rosemari Almeida - PP
(1^a autora)

Ver. Renato Antonio Kranz
Presidente.